

LAUDO ECONÔMICO FINANCEIRO
E DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONOMICA

CLAUDIOMIRO FELDKIRCHER

EDUARDO FELDKIRCHER

1 - Preâmbulo

O trabalho foi desenvolvido a partir das projeções econômicas e financeiras, num horizonte temporal de 12(doze) meses.

O fluxograma a seguir demonstra as etapas de sua elaboração, bem como as correlações existentes entre cada um dos demonstrativos, que serão adiante Pormenorizada.

Foram desenvolvidos orçamentos congregando os resultados e geração de caixa, reunidos em um único demonstrativo, fundamentado nas premissas a seguir listadas. O principal objetivo do laudo é avaliar capacidades e custos operacionais, projetando os efeitos das ações que estão sendo tomadas para consolidar uma nova formatação econômico-financeira, visando demonstrar a viabilidade do negócio nos próximos períodos, em consonância ao disposto no Plano de Recuperação Judicial apresentado.

Também são considerados os efeitos da amortização do passivo sujeito e não sujeito à recuperação, a fim de indicar o real potencial da empresa em gerar recursos suficientes para cumprimento de suas obrigações, conforme preconizadas no plano de recuperação judicial apresentado, do qual este laudo faz parte.

2 – MÉTODO DE AVALIAÇÃO

FLUXO DE CAIXA DISPONÍVEL TOTAL

A metodologia utilizada para avaliação parte do pressuposto do fluxo de caixa disponível da empresa (FCDE), método amplamente utilizado nas avaliações de cunho econômico-financeiro. Consoante Assaf Netol (2014, p. 768), o FCDE "representa o resultado Líquido de caixa destinado aos seus credores e

acionistas (...) em outras palavras, é o resultado operacional líquido e livre de caixa da empresa, que pode ser sacado por seus credores e acionistas. Tal fluxo de caixa não inclui os fluxos financeiros da dívida da empresa, como juros e amortizações".

O presente método utilizado para avaliação da viabilidade econômica e financeira dos Produtores Rurais Claudiomiro Feldkircher e Eduardo Feldkircher utilizam os aspectos conceituais do FCDE, porém abrange os desembolsos com juros (custo financeiro), despesas financeiras e amortizações. Alia também a reversão da depreciação e os eventuais efeitos negociais de concessão de prazo, de forma a refletir tanto os resultados apurados em regime de competência quanto as perspectivas de geração de caixa ao final de cada período.

A metodologia permite, portanto, avaliar o produtor rural sob a ótica de geração de resultados e também de caixa, visualizados a partir de um único demonstrativo. A seguir, a esquemática metodológica.

METODOLOGIA ILUSTRADA

METODOLOGIA ILUSTRADA									
				Composição: CVM9Fornecedores Despesas c/frete Combustíveis					
1ªParte	RECEITA BRUTA	-	DEVOLUÇÃO DE VENDAS	-	CUSTO VARIÁVEL	=	MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO (MC)		Resultado para cobertura dos custos de natureza fixa e desp. Financeiras e amortizações.
					Resultado antes de juros de IRPJ/CSLL depreciações e amortizações				
2ªParte	MC	-	CUSTO FIXO		=EBITDA	-	OUTRAS SAÍDAS=RESULTADO	ANTES DO IRPJ/CSLL-IRPJ/CSLL=RESULTADO LÍQUIDO	
			Composição: Recursos Humanos Despesas Gerais Adm Despesas comerciais e logística				Composição: Despesas Financeiras Custos financeiro Contratos sujeitos e não sujeitos à RJ Depreciação		
3ªParte	RESULTADO-LÍQUIDO		AMORTIZAÇÕES	+	REVERSAO DA DEPRECIACAO	+	VENDAS DE ATIVOS	=	SALDO DE CAIXA
			Composição: Parcelamento de tributos Amortizações Contrato sujeitos à RJ Amortizações Contratos não sujeitos à RJ						

3. AÇÕES DE MELHORIA DE PERFORMANCE EM ANDAMENTO E A REALIZAR

- a) Divulgação para as partes interessadas (stakeholders) das informações sobre o processo de recuperação judicial através de comunicados e contatos diretos, num primeiro momento, àqueles considerados estratégicos;
- b) Aumento do volume de informações para os colaboradores internos;
- c) Redução do custo fixo;
- d) Readequação da estrutura comercial;
- e) Renegociação de contratos com prestadores de serviços.
- f) A implementação de medidas negociais junto aos principais credores e fornecedores (sentido amplo), especialmente com aqueles que continuaram a prover bens e serviços ao recuperando como meio de dar continuidade à sua atividade rural.

Principais aspectos da projeção

Faturamento - corresponde às receitas oriundas da venda de produção agrícola. Os esforços dos agricultores convergem para uma melhor atuação comercial visando um aumento do faturamento na ordem de 10% no segundo ano, uma meta razoável levando em consideração a média de faturamento dos últimos 4 anos que superaram em muito a meta orçada.

Tabela 1 – Premissas

Premissa	Ano1	Ano2	Ano3	Ano4	Ano5
Crescimento Volume de Vendas SACA	0%	10%	9%	8%	7%
IPCA Projeto(%)	2,90%	3,80%	4,10%	4,05%	4,00%
Repasse IPCA(%)	30%	30%	30%	30%	30%
Taxa Referencial (TR)	1%	1%	1%	1%	1%

Deduções - compreende tributos vinculados ao faturamento (ICMS, PIS, COFINS, IPI) somado às devoluções de vendas. É importante salientar que os recuperandos possui benefícios fiscais.

Custo Variável - o custo variável dos agricultores é compreendido como aquele que é atrelado diretamente ao volume de faturamento. Ou seja, são componentes de custo que influenciam diretamente no desempenho operacional e que geram o resultado necessário para cobertura das demais obrigações do negócio.

No modelo de projeção, é identificado como a soma dos desembolsos com insumos adquiridos junto a fornecedores, fretes, despesas com entregas e comissões sobre venda líquida. É provável que as ações de melhoria listadas anteriormente otimizem as condições de negociação com fornecedores por conta do crescimento da produção e conseqüentemente ocorram economias de escala na operação, porém não consideramos este possível cenário em nossas projeções.

Margem de contribuição - a margem de contribuição é o valor disponível após o pagamento dos custos variáveis, ou seja, é o resultado gerado para pagamento do custo fixo, investimentos, demais despesas financeiras e amortizações previstas. No demonstrativo apresentado, é prevista margem de contribuição de 16,521%. Destaca-se que apesar de enxuta ela se mostra suficiente para o pagamento de seus custos e despesas fixas além do cumprimento do plano.

Custo Fixo - o custo fixo é caracterizado como a reunião de componentes de custo que independem do volume de faturamento, insumos, como mão-de-obra empregada, juntamente com despesas gerais. Foi adequada redução em ambos componentes de custo, custo fixo foi projetado considerando uma recomposição de preços baseada no IPCA2, conforme Tabela 1- Premissas.

EBITDA - demonstra o resultado no âmbito operacional, isto é, sem desembolsos com juros, investimentos, depreciação, IRPJ e CSLL e amortizações. No presente demonstrativo os recuperandos trabalham com oscilação de sua margem entre 4,7 Lyo até 4,360/o variando conforme a recomposição de preços. Estas margens tendem a ser maiores conforme a recuperação da operação.

Outras saídas - correspondem às despesas financeiras, como taxas bancárias, emolumentos e despesas com cobranças, custo financeiro (juros) desembolsado e eventuais receitas financeiras previstas.

Resultado após IRPJ/CSIL e Margem Líquida - evidencia a geração de resultado após o cálculo das provisões com IRPJ e CSLL, conforme regime de tributação baseado no lucro real.

Amortizações - referem-se às amortizações dos valores das dívidas não sujeitas à recuperação judicial, em condições conforme contratadas. Está previsto uma rodada de negociações afim de alcançar um alongamento destas dividas visando readequar suas parcelas à capacidade do agricultor, no entanto os resultados esperados destas negociações não foram considerados nas projeções.

Reversão da depreciação - a depreciação não se constitui em despesa desembolsável, logo, ela é revertida para analisar-se o resultado de caixa em determinado período

Investimentos - compreende todos investimentos realizados para a manutenção e aprimoramento da operação.

Saldo de Caixa - saldo final do período corrente, após descontados todos os desembolsos com amortizações, amortizações de tributos, reversão da depreciação e ingresso de possíveis receitas não operacionais.

Saldo acumulado de caixa - saldo do período anterior, somado ao total do período corrente, descontando-se os valores pertinentes às amortizações e desembolsos com juros do passivo sujeito à recuperação judicial, constados na Tabela 2 de projeção de pagamentos. Este saldo é essencial para os recuperandos, pois seus excedentes serão utilizados no pagamento de eventuais credores colaborativos.

Conforme as dispostos no plano de recuperação judicial, a tabela a seguir mostra o saldo a ser pago referente a cada classe e subclasse de credores. Tabela 2 - Quadro resumo de saldos

Tabela 2 - Quadro recursos de saldos			
Credores classe Trabalhista	Valor	Deságio	Saldo
Credores trabalhistas	-	0%	-
Credores classe II			
Credores com garantia Real Operacional	1069490,70	60%	427796,28
Credores com garantia real financeira	-	60%	-
Credores classe III			
Credores subclasse operacional/Fornecedores	142380,22	60%	56952,09
Credores(classelV)			
Credores Enquadrados como Microempresas	85327,80	60%	34131,12

4. DEMONSTRAÇÃO DA VIABILIDADE ECONÔMICA

Com a visualização da projeção de demonstrativos de resultados futuros, juntamente com as previsões de pagamentos do passivo, percebe-se que a capacidade de geração de resultado - que pode ser disponibilizada para o pagamento das dívidas sujeitas e não sujeitas a recuperação - é suficiente para liquidação do passivo acrescido de juros e correção monetária.

As projeções foram realizadas levando-se em consideração perspectivas mercadológicas condizentes com o que é verificado nas esferas micro e macroeconômicas.

Conclusivamente, fica evidenciada a viabilidade econômica, mas também a viabilidade de liquidação do passivo nos termos apresentados.

O processo de recuperação judicial instaurado é elemento essencial para proporcionar novos rumos aos recuperandos e ao agronegócio, servindo de alicerce principal para que todas as mudanças, ações e investimentos possam dar os resultados projetados neste plano.

São Gabriel, 02 de janeiro de 2024.